

# Bacabal, um século: a hegemonia do atraso

## *Bacabal, a century: the hegemony of backwardness*

EDGAR BRAGA NETO

### RESUMO

Em 2020, o município de Bacabal completou 100 anos. Além da festa, essa data requer dos munícipes séria reflexão sobre o desenvolvimento econômico e social desse município, que fica cravado no coração do Maranhão, a 240 quilômetros da capital São Luís. Assim buscamos, neste artigo, um enquadramento teórico de sua história política, a partir de bibliografia especializada. O que sobressai de nossa análise é uma estrutura autoritária, composta de práticas clientelistas e patrimonialistas. Herdada do período colonial, essa estrutura vem sendo sedimentada por oligarquias que se revezam na administração de Bacabal. Trata-se, pois, da política do atraso, que é utilizada pelas elites locais como instrumento de poder. Embora diversos municípios tenham experimentado um avanço democrático de suas instituições há, no mínimo, 30 anos, essa transformação não se realizou em Bacabal, por causa da política do atraso, que foi cerceando a ação de partidos e movimentos progressistas. Em razão dessa política, os bacabalenses vivem numa democracia de fachada, na qual as oligarquias que controlam o município reduzem as oportunidades das pessoas e concentram renda, mantendo Bacabal em um estágio contínuo de subdesenvolvimento. Mas, através de entrevistas semiestruturadas e de fontes históricas, descobrimos que, apesar dessa estrutura opressora, os cidadãos resistem de várias formas, especialmente falando abertamente sobre tal opressão.

**Palavras-chave:** Autoritarismo. Oligarquia. Política.

## **ABSTRACT**

In 2020, the municipality of Bacabal completed 100 years. In addition to the party, this date requires citizens to seriously reflect on the economic and social development of this municipality that is located in the heart of Maranhão, 240 kilometers from the capital São Luís. Thus, in this article, we seek a theoretical framework of its political history, based on specialized bibliography. What stands out from our analysis is an authoritarian structure, composed of patrimonial and clientelist practices. Inherited from the colonial period, this structure has been consolidated by oligarchies that take turns in power. This, therefore, the politics of backwardness which is used as an instrument of power by local elites. Although several municipalities have experienced democratic advancement in their institutions for at least 30 years, this transformation did not take place in Bacabal, due to the policy of backwardness, which restricted the action of progressive parties and movements. Because of this policy, the people of Bacabal live in a facade democracy, in which the oligarchies that control the municipality reduce people's opportunities and concentrate income, keeping Bacabal in a continuous stage of underdevelopment. But through semi-structured interviews and historical sources, we discovered that despite this oppressive structure, citizens resist in many ways, especially by speaking openly about such oppression.

**Key words:** Authoritarianism. Oligarchy. Policy.

## **INTRODUÇÃO**

Datas comemorativas nos trazem à reflexão. Jubileu, 500 anos, 100 anos, bodas de ouro, 365 dias etc., todas elas fazem com que as pessoas pensem sobre o passado, presente e futuro de algo que está sendo comemorado. Da mesma forma acontece com o centenário de uma cidade. Nele, as pessoas devem refletir sobre a sua cidade, buscando deixá-la democrática, mais segura e menos desigual, para as próximas gerações. Essa deve ser a reflexão dos moradores de uma cidade que celebra aniversário. É o que fazemos neste artigo, em relação ao município de Bacabal (no Maranhão), que completou um século de existência, porque coincidiu de estarmos residindo nessa cidade do interior maranhense durante o seu centenário. Desse modo, buscamos saber quais são os empecilhos, sobretudo os de ordem política, que atrapalham o desenvolvimento social deste município<sup>1</sup>.

O município de Bacabal está localizado no centro geográfico do Maranhão, no Vale do Mearim. De uma população de 103.711 pessoas, somente 10,89% dela está ocupada (IBGE, 2023). Há, por isso, 13 mil beneficiários do Programa Bolsa Família, alcançando 36% da população. Se, na década de 1960, Bacabal era considerado o terceiro município

---

<sup>1</sup> Optamos neste artigo, por trabalhar com nomes fictícios, sobretudo os ligados à política local, respeitando assim o princípio do anonimato, conforme Beaud e Weber (2007). Com essa opção, buscamos nos resguardar de possíveis atos de violência, que são tão comuns na história política de Bacabal.

mais importante do Maranhão, hoje, conforme o PIB *per capita*, amarga a 38ª posição (IBGE, 2023). Com efeito, o município passa por um processo de desindustrialização, no qual, de 1960 a 1990, 85 unidades industriais faliram (Partido Comunista do Brasil, 1994). Sua produção agrícola, que era identificada com a agricultura familiar, tem cedido lugar à pecuária, que expulsa o homem do campo, concentra renda, gera reduzido número de empregos, diminui a produção de alimentos, causa desmatamento etc. Somente em seis anos (2000-2006), o rebanho bovino duplicou, passando de 57 mil para 108 mil cabeças (IBGE, 2006), fazendo de Bacabal, a “capital da pecuária maranhense” (Paraíba, 2008)<sup>2</sup>. E, como a maioria das cidades maranhenses, Bacabal não tem saneamento básico — somente 4,66% dos domicílios são atendidos por sistema público de esgotamento sanitário (Silva 2024, p.1).

Realizamos este estudo, sob a perspectiva da sociologia de história lenta, seguindo, nessa perspectiva, as pegadas de José de Souza Martins (1999). Para ele a sociedade brasileira, de origem colonial, é uma sociedade de história lenta, e, para o estudo de uma sociedade de história lenta, nada melhor do que uma sociologia da história lenta, que “permite fazer uma leitura dos fatos e acontecimentos orientada pela necessidade de distinguir no contemporâneo a presença viva e ativa das estruturas fundamentais do passado” (Martins, 1999, p. 14). Agregamos, então, a esse referencial o olhar para um universo micro, percebendo como as ações de sujeitos e instituições específicas refletem ou não condicionantes mais amplos, ligados ao processo socio-histórico mais geral, no qual o território e sua população se inserem. É, portanto, uma sociologia de história lenta para estudar uma sociedade de história lenta, formada em Bacabal no Maranhão, sobre a qual estão presentes estruturas fundamentais do passado, como os fenômenos do clientelismo e do patrimonialismo.

Mas, ao falar de clientelismo e patrimonialismo, precisamos de uma definição mais precisa para que se entenda como esses fenômenos políticos sobrevivem na atualidade. Conforme José Murilo de Carvalho (1997, s/p), em sua tarefa de definir com precisão tais fenômenos, o clientelismo “indica um tipo de relação entre atores políticos que envolve

---

<sup>2</sup> A Lei da Terra, criada por Sarney, foi, sem dúvida, um dos impulsores do crescimento da pecuária no município. Essa lei criou um mercado de terras no Maranhão, atraindo pecuaristas de várias regiões, principalmente do Nordeste, e, também, foi responsável pela intensificação da grilagem (Barbosa, 1994, p. 21). Conforme (2010, p. 30): “Os efeitos da política de modernização ocorrida no campo, a partir da instalação de indústrias de grande capital no governo Sarney se manifestaram por meio dos seguintes fatores: propagação de latifúndios, especulação da terra, aumento da concentração de terras e destruição de várias unidades de produção familiar, perseguição política a líderes rurais, formação de palafitas e a ocupação em terrenos de periferia [...]”.

concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, benefícios fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto”; e, na relação patrimonial, “o Estado vai além da simples distribuição de empregos em troca de apoio. Ele se vê forçado a delegar boa parte da administração local, se não toda ela, aos donos da terra”. Tais fenômenos estão imbricados em nossa história resultando deles forte carga autoritária e privatista na condução dos interesses públicos, sufocando então qualquer iniciativa democrática. Sob essa influência, a relação do indivíduo com o Estado foi, como ressalta Sérgio Buarque de Holanda (1995), de grande intimidade e pouca transparência em nossa formação social.

Porém, ao concordar que, na realidade brasileira, as relações patrimonialistas influenciaram a criação e organização das instituições públicas, não omitimos as críticas ao fenômeno do patrimonialismo no Brasil. Ao contrário disso, fizemos a opção por uma linha de pensamento que é mais adequada ao nosso estudo de caso. Não perdemos de vista, por exemplo, as críticas de Maria Sylvia Carvalho Franco à existência da relação patrimonial em nossa sociedade. Para a autora, o patrimonialismo requeria liames duradouros, obrigações por parte dos proprietários de terra com os pobres livres, relação essa que, ao contrário disso, foi marcada pela debilidade dos compromissos, que eram sujeitos aos interesses materiais dos proprietários e à intensa mobilidade espacial dos homens sem posses. Em suas palavras, “nada restringiu a arbitrariedade do mais forte: os vínculos pessoais nasceram do caráter mercantil da produção e a ele foram subordinados” (Franco, 1976, p. 62). Desse modo, conclui a autora (1976, p. 62), o “interesse material submetia à sua razão os laços de estima e de afeição, atando-os ou destruindo-os”. Tudo podia ser frágil, efêmero e assimétrico, o que difere da relação patrimonial típica. “Nesta, o amplo e exclusivo aproveitamento da força de trabalho do dependente, que é insubstituível, torna inelutável preservar sua disposição e capacidade de bem servir, o que gera uma certa sujeição para o senhor, definindo obrigação de sua parte” (Franco, 1997, p. 91). Ou seja, no Brasil, os vínculos gerados no latifúndio não conseguiram pôr limites à exploração daquele que detinha os meios de produção e nem muito menos os submetiam a obrigações relativas aos seus dependentes. Nesse sentido, Franco deixa claro que as teorias sociológicas devem acompanhar a historicidade dos processos sociais, e assim não se pode atribuir as mesmas características das relações de dependência criadas em solo europeu com as que foram se constituindo na sociedade brasileira, marcada pela escravidão.

Todavia, mesmo pondo à prova o patrimonialismo no Brasil, Maria Sylvania Carvalho Franco relativiza suas ideias acerca desse fenômeno, quando passa a tratar da vida política. Somente na vida política há, segundo ela, reciprocidade do tipo patrimonialista: “nela os serviços do ‘cliente’ eram vitais para os grupos dominantes e se conjugaram aos deveres que estes assumiram e cumpriram (Franco, 1997, p. 91). É, portanto, na dimensão política que a autora vê algo semelhante ao típico patrimonialismo, justamente a dimensão que exploramos neste artigo.

Outro autor que vem criticando de forma sistemática o que se definiu aqui como patrimonialista é Jessé de Souza. Sua crítica está voltada principalmente à obra de Sérgio Buarque de Holanda, mais precisamente, ao seu clássico *Raízes do Brasil*. Apesar de fazer uma leitura autêntica da obra, não é possível concordar com Jessé de Souza (2017, p. 193) quando ele afirma que Sérgio oculta os conflitos de classe e redimensiona a questão do patrimonialismo, o que, segundo o sociólogo potiguar, encobriria a corrupção do mercado, sobretudo na captura da política. O que falta a Jessé é perceber que, nessa perspectiva, a “corrupção quase sempre estatal” também é questão de classe: diferentes classes lutam entre si, ou fazem alianças, para tomar de assalto a mesa de controle e gerenciar os negócios lícitos ou ilícitos entre o Estado e o mercado.

Além disso, Jessé declara que a noção de patrimonialismo em *Raízes do Brasil* tem substituído a noção de escravidão “como núcleo explicativo de nossa formação” (Souza, 2017, p. 208). A noção de escravidão seria mais importante para entender o Brasil do que a de patrimonialismo, porque padrões de sociabilidade escravagistas, tais como exclusão social massiva, violência contra os pobres, chacinas, linchamentos etc., são encontradas facilmente em nossa sociedade atual. Ademais, há, segundo o autor de *A elite do atraso*, imprecisão conceitual no uso que nosso liberalismo, falso e conservador, faz da noção de patrimonialismo. Jessé demonstra isso ao comparar o patrimonialismo tupiniquim com o patrimonialismo mais puro descrito por Max Weber, que é o do império patrimonial chinês. Dessa forma, ele defende que o patrimonialismo combina com a inexistência de uma economia monetária desenvolvida, a existência de um direito não formal e uma legitimação mágico-religiosa da política, isto é, características pré-modernas que não pertencem ao Brasil pós-1930. Mas temos aí mais um deslize de Jessé, visto que, em sua visão evolucionista, não há a possibilidade de fatos profundos de nossa história – como, por exemplo, práticas clientelísticas e patrimonialistas – se manterem mesmo com o advento da modernidade, como acontece no município de Bacabal, sufocado desde a sua criação por mandões locais e suas oligarquias.

Assim, na cidade de Bacabal, encontramos tais reminiscências anacrônicas, numa estrutura que reformula e atualiza, de forma permanente, esses fenômenos herdados da colônia, que podem ser traduzidos em fatos profundos de sua história lenta, acrescidos de uma atonia econômica, na qual o povo se viabiliza como “proletariado externo”, “destinado a produzir mercadoria exportável [como carne e óleo do coco babaçu], sem jamais chegar a ser gente com destino próprio” (Ribeiro, 2006, p. 225). Além de concentrar renda, a economia local tende a atividades extrativas e pré-capitalistas, tais como a extração do coco babaçu e sua troca por produtos em comércios dos povoados do interior, mantendo endividamento constante das quebradeiras de coco, e a criação de gado solto, muitas vezes sob o regime de parceria. Diante de tal configuração, a dominação tradicional emanada de uma ordem oligárquica ainda é hegemônica em Bacabal, fazendo do atraso, como assinala Martins (1999, p. 13), “um instrumento de poder”.

Bacabal nasce no ocaso do Império e se torna município na Primeira República, surgindo da fazenda do coronel Lourenço da Silva, que comandava seus escravos no cultivo de arroz, mandioca e algodão (Cardoso, 2001). Surge também da Colônia Leopoldina, onde os índios Timbira eram forçados a trabalhar, e os coronéis, tratados pela história oficial como “abnegados” e “destemidos” (Bacabal, 2015), matavam os Timbira que não lhes obedeciam. Apesar de nascer no contexto da abolição, Bacabal é fundada sob a herança colonial do escravismo. O legado autoritário dessa filiação socio-histórica segue bem demarcado, como na prática dos mandatários de tratarem o público como privado, extensão de suas fazendas particulares, dando azo a ações patrimonialistas, ligadas ao clientelismo eleitoral. Os dividendos subtraídos da *res pública* são repartidos pelos integrantes da oligarquia que está no poder, e, a partir daí, o oligarca pode estabelecer suas redes de clientela.

Assim, para se entender como o autoritarismo se converte em estrutura e se transforma em suporte da legitimidade política em Bacabal, é preciso ir além da superfície dos fatos: compreender como o autoritarismo se cristaliza na cultura política local. Cultura política essa que não é exclusividade do município, mas que tem a sua própria particularidade derivada do colonialismo, capitalismo periférico, escravismo e ausência dos poderes públicos em grandes extensões do território nacional. Cultura política essa que ainda se faz presente na política brasileira e que, em Bacabal, permanece robusta.

## **AUTORITARISMO BRASILEIRO: UMA ESTRUTURA DE LONGA DURAÇÃO**

Essa estrutura autoritária, que se formou ao longo de nossa história política, começou a ser engendrada no período colonial, por meio das Câmaras Municipais. Nos séculos XVI e XVII, “o público era quase que inteiramente personificado pelo privado” (Martins, 1999, p. 24). As Câmaras Municipais eram administradas pelos homens bons, homens “sem mácula de sangue” e “de ofícios mecânicos”, que não trabalhavam com as próprias mãos. Como o rei não tinha condições de controlar as vilas que eram criadas, ele concedia aos “homens bons” parte de sua autoridade em benefício da república — os municípios eram entendidos como repúblicas no período colonial, conforme Fragoso (2019, p. 38). “República era, pois, sinônimo de coisa pública administrada pela assembleia dos particulares” (Martins, 1999, p. 24). Tal forma de organização da coisa pública serviu desde o início para o baralhamento entre o público e privado: “era público o que não era do rei, isto é, do Estado. E que estava, portanto, sob administração dos agentes do privado”. Assim, no Brasil colônia, os interesses particulares dos homens bons estavam à frente dos interesses públicos, ou em detrimento dos interesses públicos; estes eram confundidos com aqueles, por causa da iniciativa dos “homens sem mácula de sangue”<sup>3</sup>. Tais homens eram proprietários rurais e representavam a realidade política, econômica e social da Colônia. O poder deles fazia frente à força do rei, que quase reinava sem governar, pois, nos senados da Câmara, eles limitavam o poder dos reis e o parasitismo econômico da Coroa, que procurava “estender do reino às colônias os seus tentáculos absorventes” (Freyre, 1987, p. 19). Esses chefes de família também enfrentavam a poderosa Igreja, sendo a expulsão dos jesuítas do estado do Maranhão exemplo da força política que detinham na sociedade colonial (Queiroz, 1969, p. 16).

Ao descrever a vigorosa aristocracia territorial de São Vicente e de São Paulo, Oliveira Viana (1952, p. 83-84) afirma que ela era senhora de prestígio que superava o dos próprios delegados políticos da metrópole. Isso acontecia até com os “funcionários mais graduados”, que se sentiam amesquinados por “esses magnatas”. Para Oliveira Viana, o poder da nobreza paulista estava assentado sobre a sesmaria, o latifúndio agrário e pastoril (Viana, 1952, p. 84). Portanto, esse poder não se originava do trono, da igreja e da tradição

---

<sup>3</sup> Aliás, para Faoro (2008), tal patrimonialismo vinha como herança, não surgia na colônia, mas derivava do Estado português, mais precisamente, da época da dinastia de Avis (1385-1580). Os “homens bons” herdaram essa forma de poder político, tratando o bem público como se fosse de caráter privado.

guerreira, mas sim da posse da terra. Era a sesmaria que dava todo esse poder e empáfia aos proprietários rurais.

De suas fazendas, que funcionavam como verdadeiras autarquias, os proprietários exerciam o papel de polícia e de juiz: eles eram a autoridade máxima e incontestada. Como exemplo disso, Sérgio Buarque (Holanda, 1995, p. 81) registra o caso de um governador que se incomodava com o que acontecia no Maranhão, onde o povo não vivia em comum, “mas em particular, sendo a casa de cada habitante ou régulo uma verdadeira república, porque tinha os ofícios que a compõem, como pedreiros, carpinteiros, barbeiros, sangrador, pescador etc”. Essa clientela funcionava como força de trabalho e milícia, constituindo o poder dos magnatas que desprezavam qualquer princípio superior que procurasse superá-los. Eram eles que dirigiam as Câmaras Municipais, e será esse município colonial, modelado pelas ações de “homens fortes”, “o embrião orgânico de nossas estruturas políticas e sociais posteriores” (Saldanha, 2001, p. 57).

Feita a independência, e com ela a opção pela forma monárquica, ocorre mudança significativa na condução dos assuntos públicos, causada pela centralização política. A centralização da política atingia a estrutura autoritária dos mandões locais: o autoritarismo agora vinha do governo central. Tendência essa que já vinha se delineando com a descoberta das minas, por intermédio do Estado metropolitano. Com a Constituição de 1824, as Câmaras Municipais ficavam submetidas aos Conselhos Gerais das Províncias, sendo estes dominados pela Assembleia Geral do Rio de Janeiro. Tal mudança significava que o senhor rural não podia governar o município da mesma forma autocrática, visto que as Câmaras Municipais eram tuteladas por esse órgão localizado na sede do Império. As posturas das Câmaras, excluídas as judiciais, só podiam durar mais de um ano se fossem aprovadas pela Assembleia Geral (Queiroz, 1969, p. 37).

O poder central buscava, então, demonstrar força, mas, em um país com dimensões continentais, ele esbarrava na falta de comunicação, o que fazia com que os senhores rurais lutassem pela descentralização político-administrativa. Inicia-se assim longa disputa do poder central com os mandões locais e, na balança de poder, ora os mandões locais conseguiam manter suas largas atribuições, ora o governo central lhes retirava competências. A reforma do Código do Processo Criminal (1832) colocou nas mãos dos senhores rurais o direito de eleger os juizes de paz, enfraquecendo desse modo o poder geral. Todavia, mediante o Ato Adicional (1834), o poder local era, em parte, contido, visto que as Assembleias Provinciais, criadas por esse ato, exerciam sufocante fiscalização tutelar



sobre as Câmaras Municipais. Com tal ato, o cargo de prefeito foi criado, sendo de exclusiva nomeação provincial, ou seja, retirando do mandonismo local a atribuição de nomear os empregados e executar as leis (Viana, 1952, p. 298). E o cargo de presidente da província, também fundado pelo Ato Adicional, submetia o caudilhismo a ele: em determinados casos, o governo central colocava na chefia das províncias indivíduos que não tinham ligações com as oligarquias locais, o que acentuava o clima de tensão, gerando revoltas separatistas.

Na Monarquia, escreve Sérgio Buarque (Holanda, 1995, p. 73), “eram ainda os fazendeiros escravocratas e eram filhos de fazendeiros, educados nas profissões liberais, quem monopolizava a política”. Esse “incontestado domínio” se traduzia “elegendo-se ou fazendo eleger seus candidatos, dominando os parlamentos, os ministérios, em geral todas as posições de mando, e fundando a estabilidade das instituições”. O patriciado rural se organizava por meio de facções que funcionavam como famílias de estilo patriarcal: eram os vínculos afetivos e biológicos que mantinham as relações entre chefes e seus descendentes, fâmulos e agregados, preponderando assim sobre as demais considerações. Os fazendeiros tendiam a se organizar com seus pares em oligarquias, cujo objetivo era não deixar escapar o poder do seu restrito círculo<sup>4</sup>. No Maranhão, como indica Reis (1992, p. 35), a oligarquia era marcada pelo hibridismo: além de setor especializado nas funções da administração e da política que se destacava do núcleo de grandes famílias rurais, ela tirava sua força da utilização patrimonial do Estado, principalmente através do controle das nomeações para os cargos públicos e do trânsito de que desfrutava nas instâncias superiores da administração central<sup>5</sup>.

Em 1889, uma aliança entre cafeicultores e militares antecipava o ocaso do Império e instaurava a República, por meio de um golpe militar. Não havia contradição entre os oligarcas e militares: ambos estavam insatisfeitos com a família real. A intromissão dos militares na política será constante na República, tornando-se a partir daí elemento de reforço da estrutura autoritária. A forma republicana de governo foi, ao contrário do que

---

<sup>4</sup> A concepção de oligarquia que adotamos é “governo de poucos”, ou melhor, de “governo dos ricos”. Portanto, reforçamos aqui o sentido negativo do termo. O que nos interessa é demonstrar como essa forma de governo tem sido predominante na história política do país. Para uma discussão do termo oligarquia, ver Bobbio *et al.*(2010).

<sup>5</sup> Assim, de acordo com Reis (1992, p. 42), no sistema político imperial: “Os grupos políticos percebiam o Estado como um bem a ser utilizado em favor dos correligionários, quando seu partido estivesse no poder, desenvolvendo um traço da cultura política que legitimava a utilização clientelista das funções do governo em benefício dos aliados e como moeda de troca na formação das alianças”.

teoricamente se possa imaginar, de reforço das oligarquias e dos coronéis<sup>6</sup>. As oligarquias assim se consolidavam nos estados. E os militares dominaram o Estado no período inicial da República, e, também, durante o governo de Hermes da Fonseca, no que ficou conhecido como “Política das Salvações”, que buscava apelar do poder as oligarquias, apoiando-se na oposição a elas, que também era oligárquica, o que demonstrava que, para o domínio da mesa de controle, valia tudo para os militares, inclusive formar alianças com os mandões locais.

Outro artifício utilizado pelo governo federal para manter as oligarquias e governar o país com estabilidade foi a “Política dos Governadores”. Nas palavras de Carvalho (1987, p. 32): “O acordo foi consagrado em 1900, durante o reconhecimento de poderes da nova legislatura”. Assim, continua Carvalho (1987, p. 32): “Por ele, presumia-se a legitimidade dos deputados eleitos pelas políticas dominantes nos estados, conseguindo assim o apoio dessas políticas para a ação do governo federal”. A Comissão de Verificação de Poderes atestava a eleição somente dos amigos e degolava quem era da oposição. Desse modo, a governança e a manutenção das velhas oligarquias estavam garantidas.

Aliás, o sufrágio universal garantido pela Constituição de 1891 não foi uma medida democrática, mas sim um mecanismo de reforço dos mandões locais, justamente porque a maioria da população encontrava-se na dependência dos proprietários de terra ou numa situação de abandono<sup>7</sup>. Estando no comando, a classe fazendeira organizou as bases para a fundação de um regime republicano, mas sem democracia. Os presidentes da República eram, no geral, déspotas mascarados de democratas. E o povo brasileiro sentia apreço por “homens fortes”, tais como Mussolini e Hitler. Assim os presidentes brasileiros, admiradores das ditaduras, aboliam as liberdades públicas, amordaçavam a imprensa, proibiam reuniões públicas, destruíam a autonomia local e faziam com que os indivíduos dependessem do poder supremo deles (Hambloch, 2000, p. 18-19).

---

<sup>6</sup> Com a República, as práticas patrimonialistas continuavam a nortear os diferentes governos, em conluio com as empreiteiras. Isto aconteceu com as obras contra as secas. No Império, já eram conhecidos os desvios das verbas públicas que foram destinadas ao combate à seca de 1877 no Ceará (ver Cunniff, 1975). Em 1909, com a criação da Inspeção de Obras Contra as Secas (IOCS), o combate regular a essa intempérie resultou na sedimentação de esquemas de corrupção, principalmente na construção das grandes barragens — ver o jornal *Unitário* (1910).

<sup>7</sup> Desse modo, na Primeira República, os senhores de terra maximizavam o seu capital político, através do sufrágio universal, pois os votos dos trabalhadores rurais lhes revigoravam o mandonismo. Conforme Victor Nunes Leal (2002, p. 232-233): “Cresceu, portanto, a influência política dos donos de terra, devido à dependência desta parcela do eleitorado, consequência direta da nossa estrutura agrária, que mantém os trabalhadores da roça em lamentável situação de incultura e abandono”.

Com a crise de 1929, terminavam os “ruidosos anos vinte”. No Brasil, além dos frequentes estados de sítio, os militares se intrometiam, frequentemente, na política nacional. Melhor dizendo: desde 1922, havia o acirramento da crise intraoligárquica (Ferreira e Pinto, 2006), com sérias ameaças de ruptura do poder constituído, a reunir as oligarquias de segunda grandeza e os tenentes, na resistência ao domínio de São Paulo e de Minas Gerais. Essa aliança, que suscitou a “Revolução de 1930”, abriu caminho para Getúlio Vargas comandar a República, de forma ininterrupta, de 1930 a 1945. Metade desse período ele governou através da ditadura do Estado Novo. Getúlio Vargas ainda voltou ao poder em 1950, por meio de eleição direta, num dos poucos momentos de estabilidade democrática em nossa história. Contudo, os tenentes que o levaram ao poder em 1930 foram os mesmos que derrubaram João Goulart, seu afilhado político, em 1964. Mais uma vez, os militares golpeavam nossa República, ao instalar um regime ditatorial, que mantiveram por 21 anos, através da censura aos meios de comunicação, do desvio de verbas públicas e do terror (torturas, mortes e desaparecimentos de presos políticos). Quem pensou que os militares colocariam freios em nossos oligarcas se enganou: ao enfrentarem dificuldades na condução do Estado (ver Gaspari, 2002), eles preferiram se aliar às oligarquias que apeá-las do controle dos estados e municípios<sup>8</sup>. Esse período de exceção deixou marcas profundas em nossa cultura política, visto que os brasileiros ainda estão em busca de um “homem providencial” para salvar a pátria da corrupção sistêmica.

Atualmente, ainda vemos na política brasileira o domínio de poucas famílias. O levantamento de Schwarcz (2019) demonstra a ocorrência desse fenômeno político em vários estados brasileiros. Sobre o Maranhão, que, por mais de 50 anos, foi governado pela família Sarney, diz Schwarcz (2019, p. 58): “No Maranhão foram cinquenta anos de domínio oligárquico, que não conseguiram lhe tirar a marca de estado mais pobre do país, com 63,6% da sua população considerada vulnerável à pobreza”. Há, sem dúvida, uma equação entre o tempo de domínio de uma família ou grupo numa região e as taxas de

---

<sup>8</sup> “A ditadura militar recente (1964/1985) reconfirmou a impossibilidade de governar sem um entendimento com essas bases municipais organizadas e controladas pelas oligarquias. [...] o governo militar cassou os mandatos e os direitos políticos de muitos dos mais progressistas parlamentares. Mas manteve o mandato de um grande número de parlamentares que representavam o que havia de mais típico das tradições oligárquicas e clientelistas. Foi dessa base tradicionalista que os militares tiraram seu esquema de sustentação política, assegurando a legitimidade que seu regime podia obter a partir da cooperação servil que era e é típica da representação partidária despolitizada e desideologizada da tradição oligárquica e clientelista: o mandato é sempre um mandato em favor de quem está no poder, pois é daí que vêm as retribuições materiais e políticas que sustentam o clientelismo, não importa a orientação ideológica de quem está no poder. Tratava-se, portanto, de orientar a força do oligarquismo em favor de um Estado conservador”. (Martins, 1999, p.32-33)

vulnerabilidade da população. O Maranhão não é um caso isolado: é a regra da política brasileira, ainda hoje marcadamente oligárquica.

Vimos, portanto, que desde o período colonial, especialmente em virtude da confusão entre as esferas do público e do privado, foi se consolidando uma estrutura autoritária, na qual os mandões locais vêm enfrentando a ordem constituída. Seus interesses particulares sempre estão acima dos interesses da *res publica*, como se vivêssemos em uma sociedade medieval. Os decretos da Coroa Portuguesa eram transgredidos. As doutrinas e as ações da Igreja só eram consideradas se favorecessem seus negócios. O Império devia ser atacado se não diminuísse a coerção sobre o seu grupo. O autoritarismo dos magnatas era controlado de forma temporária e autocrática pelo governo central, que não buscava o equilíbrio entre os poderes, e isso se dava especialmente em momentos de mudança do sistema político ou de crise intraoligárquica, como aconteceu com a “Revolução de Trinta”. Nem mesmo os militares, tidos como “imaculados”, resistiram ao poder dos “caudilhos locais” e se aliaram a eles. O autoritarismo dessas elites influenciou outros poderes, tendo como objetivo conservar seu *status quo*.

## O PÚBLICO E O PRIVADO EM BACABAL

A cidade de Bacabal é resultante desse autoritarismo estrutural. Sua sociedade, economia e ambiente são derivados de ações patrimonialistas, clientelistas e personalistas, criadas pelas oligarquias que se alternam no poder. Destacam-se, em sua história política, três oligarquias: as de Vitorino Freire, José Sarney e José Ferreira. Dessas, só a de Sarney continua vigorando, na pessoa de Maninho<sup>9</sup>. Flávio Dino, ex-governador do Maranhão e “inimigo” dos Sarney, articula-se para resistir ao grupo de Maninho, fortalecendo uma nova oligarquia. Tais grupos têm em comum um projeto autoritário, excludente e patrimonialista. Nele há pouca transparência sobre os gastos públicos, e as práticas antirrepublicanas pompeiam, fiam e entretecem, de forma livre, quase sem oposição. Assim, Bacabal não teve, em cem anos de história, um governo progressista ou que fosse livre dos “tentáculos

---

<sup>9</sup> A ascensão da oligarquia Sarney esteve estreitamente ligada ao período da ditadura militar. Sarney soube muito bem se aproveitar tanto dessa conjuntura quanto do regime liberal-democrático (Barbosa, 1994, p. 21). Apesar de querer ser identificado com o novo na política do Maranhão, especialmente porque alijou do poder os líderes da oligarquia vitorinista, o grupo de Sarney preservou a estrutura de mando, como, por exemplo, a utilização clientelista do Estado (Almeida, 2010, p.27).

absorventes” das oligarquias. Por isso que, em pleno século XXI, seu retrato é de uma população vulnerável e dominada pelo sarneísmo<sup>10</sup>.

As oligarquias que atuam em Bacabal se fortalecem através da utilização patrimonial do Estado. Como diz Guilhon (2007, p. 126, grifo da autora): “É da ocupação desse ‘locus’ privilegiado — o Estado — que a oligarquia retira o seu poder de controlar os grupos que se manifestam na esfera social”. O domínio do executivo municipal, que implica em controle e distribuição de cargos públicos, possibilitava à oligarquia que estivesse no poder a oportunidade de retroalimentar suas redes de clientela. Os cargos públicos se transformavam numa espécie de patrimônio pessoal, numa realidade social de poucas oportunidades de emprego. A conquista do poder municipal deveria fazer a reprodução desse poder *ad infinitum*, por meio de ações corruptas e patrimonialistas. Dessa forma, criou-se, em Bacabal, uma estrutura em que a prefeitura serve basicamente a fins privados de determinados grupos. Essa estrutura é visível nos dias de hoje, mas, em virtude do aumento dos mecanismos de fiscalização dos serviços públicos, tem sido dissimulada, assustando cidadãos “acostumados” a atos de prevaricação à luz do dia, como, por exemplo, João Marcos, braço direito do ex-prefeito José Ferreira, que foi prefeito de 1997 a 2000, de 2001 a 2004 e de 2017 a 2018, sendo cassado no último mandato por desvio de verbas públicas. Ao falar das dificuldades de se administrar as prefeituras do interior, ele disse: “Daqui um dia, quem pegar uma prefeitura dessa vai ter prejuízos” — como se a prefeitura fosse uma empresa, que devesse dar lucros ao administrador. Nesse sentido, a dimensão pública se limita tão somente à retórica do candidato nas eleições. Essa lógica é reproduzida por sua clientela, que naturaliza as famosas “peixadas” para um cargo, não vendo contradição alguma entre tais práticas e as leis federais.

Assim, nos últimos 20 anos, duas oligarquias dominaram a cidade. A primeira, de Maninho, ligada ao clã de José Sarney, e a segunda do empresário e pecuarista José Ferreira. Havia outros grupos políticos, como o dos médicos, que orbitaram em torno de tais oligarquias. A aliança entre os médicos e o grupo de Maninho dominou por mais de 20 anos a política local. Em seguida, a oligarquia de José Ferreira conseguiu desbancar, de forma temporária, o grupo de Maninho e, assim, foi inaugurado um período de alternância

---

<sup>10</sup> “A persistente pobreza dos municípios maranhenses e, por conseguinte, a dependência destes em relação ao governo estadual e federal, por outro lado, favorece que esse grupo [Sarney] tenha enorme poder sobre as carreiras dos políticos de modo geral, devido à sua posição de comando no governo estadual e posição de intermediário privilegiado entre a esfera municipal e a federal”. (Borges, 2005, p. 96)

entre esses dois grupos. Tal período foi marcado pela continuidade das práticas clientelistas, alentadas por estruturas patrimonialistas.

Quem faz o papel da oposição é a oligarquia adversária, buscando os órgãos de controle que não se encontram no estado do Maranhão, como a Procuradoria Geral da República (PGR). Isso acontece com frequência, especialmente nos períodos eleitorais. Por mais que não seja ela própria uma alternativa antissistêmica, é comum a oligarquia que está na oposição reivindicar as práticas republicanas como seu capital político legitimador, a exemplo da ampla divulgação dada às denúncias contra os mandatários rivais junto aos órgãos de controle. Trata-se de uma performance pública aceita e reproduzida por sua clientela, no confronto com o grupo rival, buscando deslegitimá-lo. Em suas bases, o sistema funciona como vaso comunicante, com parte dos cabos eleitorais transitando de um grupo a outro, conforme percebem sua maior ou menor viabilidade eleitoral, ou quem arremata o leilão dos votos.

## **MANINHO, AMIGO E IRMÃO DOS SARNEY**

Em 1989, Maninho administrava a cidade de Bacabal. Além disso, foi governador do Maranhão e, também, pelo mesmo estado, foi deputado estadual, deputado federal e senador. Ligado ao sarneísmo, ele é um dos políticos tradicionais que faz questão de reforçar práticas pouco republicanas<sup>11</sup>. Um exemplo disso está em seu “programa” de cobrir de telhas as casas de palha no município. Ao invés de criar um projeto de lei, como senador da República, para a substituição das casas de palha por casas de alvenaria, no território nacional ou mesmo em sua região, ele prefere criar um “programa”, no qual ele tira do seu salário mensal o equivalente à cobertura de cinco casas. Assim, o Estado e as políticas públicas desaparecem, e seu nome ganha projeção, apagando qualquer vestígio do princípio da impessoalidade. Com isso, não é difícil para ele tirar, nas eleições, 100% dos votos em determinados povoados de Bacabal. A falta de espírito republicano de Maninho também ficou evidente no uso indevido de cotas aéreas do Senado. Mesmo sem mandato, ele, juntamente com familiares, amigos e colaboradores, fizeram, entre fevereiro de 2007 e novembro de 2008, 98 viagens pagas pela União. Mas por esse crime, ele não foi punido.

---

<sup>11</sup> Ver: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/pronunciamento/444334>. Acesso em: 10 set 2024.

Aliás, por esse e outro crime cometido no ano de 1989. Enquanto ele exercia a função de vice-governador do Maranhão, na chapa de Júlio Ventura, ele assumiu o cargo de prefeito de Bacabal. Em vez de renunciar a um dos cargos, ele pediu licença da vice-governança, acumulando, de forma ilícita, dois cargos, o que é proibido pela Constituição. Só depois de seis meses ele renunciou ao cargo de prefeito. Tornou-se, então, governador, quando Júlio Ventura foi para o Senado. Mas ao ser destituído do cargo pela Assembleia do Estado por causa do ilícito de acumular dois cargos executivos na administração pública, demonstrou que resistia aos seus opositores como um coronel do passado: ordenou que as tropas estaduais cercassem o Palácio dos Leões e armado de revólver se trancou em seu gabinete à espera de um possível confronto. Mas o desfecho desse episódio não foi violento, pois o Tribunal de Justiça do Maranhão resolveu a situação, arbitrando em favor de Maninho, que pôde assim terminar o seu mandato de governador.

## **DOQUINHA, FIEL ESCUDEIRO DE MANINHO**

Além do próprio Maninho, há no seu grupo um personagem de destaque, que é seu afilhado político: o deputado estadual Doquinha. Doquinha fala que tem Maninho como exemplo de homem público. Atualmente, eles dominam o MDB do Maranhão: enquanto Maninho é presidente da sigla, o seu braço direito é vice. Em seu canal de televisão, Doquinha ataca seus adversários políticos, especialmente o grupo de José Ferreira (sobre o uso político dos canais de televisão de Bacabal, ver Lobato, 2017). Como não podia deixar de ser, arremeda seu padrinho nas artimanhas: isso aconteceu, por exemplo, quando emplacou um aliado na direção do Departamento Estadual de Trânsito do Maranhão (Detran-MA), no governo de Roseana Sarney (2009-2014). Assim, Doquinha foi acusado de organizar esquemas de corrupção no órgão, como em um convênio para pintar a sede do Detran em Bacabal, no valor de R\$ 600 mil (seiscentos mil reais). Esse caso não chamou tanta atenção da opinião pública quanto o que envolveu o novo sistema de emplacamento veicular do estado. A empresa L Cintra e Participações Ltda, responsável pelo novo sistema de administração do departamento de trânsito, não participou de nenhuma licitação, e, para agravar a situação, não tinha experiência com serviços de informática. Após investigação, descobriu-se que o dono da empresa tinha sido colega de trabalho do deputado Doquinha,

quando os dois eram assessores parlamentares de Maninho, em Brasília. O serviço custou 20 milhões para o governo do Maranhão<sup>12</sup>.

Além disso, o deputado Maninho acompanha de perto a prefeitura de Bacabal; alguns dizem que ele é quem manda na cidade, em razão da influência que exerce sobre o prefeito Manoel Brazão. Nessa gestão, como nas predecessoras, inclusive de seus adversários, são comuns os relatos da utilização clientelista dos cargos públicos. A economia e os empregos minguam, e essas práticas se fortalecem, sempre atualizadas para se adequar às leis.

## **O “IDOLATRADO” JOSÉ FERREIRA**

Já José Ferreira, adversário de Maninho, é conhecido em Bacabal como o “prefeito do povo”. Nascido em Souza, na Paraíba, ele chegou a Bacabal no começo da década de 1980, após ter passado uma temporada no Acre, onde conseguiu enriquecer através de um empreendimento comercial. Em Bacabal, o seu estilo agradou a muitas pessoas. Sair às ruas para cumprimentar os populares, pegar carona na bicicleta das crianças, chupar “dindim” (sacolê) nas praças e andar pelas feiras da cidade são algumas das suas ações populistas que a população guarda na memória. Foi assim que José Ferreira conseguiu, por meio de seu capital político, eleger pessoas de seu grupo, quando foi para Brasília cumprir dois mandatos de deputado federal pelo Maranhão.

Além de “prefeito do povo”, José Ferreira é conhecido pela violência. A oposição o taxava de “homem de alta periculosidade”. Ele foi acusado pela população de incendiar um povoado de Bacabal, e de ter ordenado um ataque armado contra trabalhadores rurais, que terminou com a morte de um deles. Ademais, dois jornalistas, que o criticavam, foram vítimas de atentados<sup>13</sup>. Assim, o estilo de governar de José Ferreira não o diferia do seu principal opositor, ou seja: uso da violência para calar a oposição ou qualquer tipo de resistência a seus desmandos. Portanto, em vez de buscar a mediação das instituições, como se faz num regime verdadeiramente democrático, o oligarca, que mais lembrava um coronel da República Velha, buscava resolver “seus problemas” através de seus capangas. Contudo, essa memória se constitui em tabu, pouco circulando nos debates públicos, pois a

---

<sup>12</sup> Ver: <https://www.jusbrasil.com.br/noticias/advogado-denuncia-suposto-esquema-no-detran-durante-audiencia-publica/100516104>. Acesso 10 set 2024.

<sup>13</sup> Ver: <http://transparencia.folha.uol.com.br/a-engrenagem-da-impunidade/procedimento/21>. Acesso 10 set 2024.



violência está longe de ser um fantasma. A memória desse político é adorada por não poucas pessoas, que enaltecem a suposta idade de ouro da cidade, durante seus mandatos, afirmando, de forma frequente: “Se José Ferreira estivesse vivo, Bacabal não estaria assim”.

História e memória oficial à parte, seus governos também ficaram marcados por corrupção e pela operação da máquina nos mesmos moldes convencionais. Mas as memórias seguem em disputa, tendo ainda quem jure que José Ferreira foi o melhor prefeito da história de Bacabal. Em oposição, dizem que foi prometida a ele como nubente, desde seus primeiros dias, uma jovem moça, muitas décadas mais nova, que veio a lhe trair, e fugir com funcionário da prefeitura e milhões no bolso, conforme narra uma contramemória igualmente popular. Indício de que a moral, hipocritamente mobilizada e atrelada a estereótipos machistas, seja elemento complementar dessas disputas ideológicas. Narrativas fantásticas à parte, seu último mandato foi cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), por improbidade administrativa e enriquecimento ilícito, mas, mesmo assim, parte da população se lembra dele com carinho, como, por exemplo: “o único prefeito que asfaltou minha rua”. Porém, houve muitas irregularidades na sua administração, tais como: o desvio de repasses feitos pela Caixa Econômica Federal para a Prefeitura de Bacabal, para a substituição da cobertura de palha por cerâmica das casas dos bairros Novo Bacabal e Vila Caldeirão, e, também, o desfalque de 2,8 milhões de repasses do extinto Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Magistério (Fundef)<sup>14</sup>. Todavia, o fato de ter sido cassado não comprometeu seu legado, sendo tal fato ignorado ou representado como artimanha bem-sucedida da oposição.

Depois do segundo mandato, José Ferreira conseguiu, com seu patrimônio de votos, eleger Manoel Carneiro. Manoel também se reelegeu, passando então oito anos na administração da cidade. Da mesma forma das administrações anteriores, vários foram os escândalos de corrupção durante o período em que esteve à frente da Prefeitura. Segundo um ex-secretário de obras públicas de Manoel, as licitações que chegavam à sua secretaria já vinham prontas, bastava ele assiná-las. Havia, pois, um grupo que ganhava as ordens de serviço, para superfaturar as obras públicas em Bacabal. Manoel Carneiro foi preso em 2015, através de uma operação do Ministério Público, que revelou um esquema de corrupção no qual determinada empresa havia recebido depósitos bancários da Prefeitura no valor de mais de R\$ 4 milhões (quatro milhões de reais), sem, no entanto, ter prestado nenhum tipo de serviço para o órgão. Os depósitos foram divididos em contas bancárias de

---

<sup>14</sup> Ver: <http://transparencia.folha.uol.com.br/a-engrenagem-da-impunidade/procedimento/21>. Acesso 10 set 2024

vereadores, funcionários públicos e amigos de Manoel Carneiro. Só descobriram tal esquema após as investigações sobre a morte de um jornalista que denunciava casos de corrupção no Piauí e no Maranhão<sup>15</sup>.

Em 2016, José Ferreira voltou à Prefeitura, depois de derrotar Doquinha. Como era ficha suja, o grupo de Maninho se esforçou para impugná-lo. Após dois anos de liminares contra e a favor do “prefeito do povo”, o TSE cassou seu mandato. À época, seu vice não pôde assumir a Prefeitura, pois a chapa deles foi impugnada. Novas eleições foram, portanto, marcadas. Enquanto isso, quem assumiu foi o presidente da Câmara, Manoel Brazão. Manoel Brazão se tornou candidato do grupo de Maninho e Doquinha na eleição suplementar, em 2018. José Ferreira decidiu então apoiar Júlio César, vereador e agiota; ele também obteve apoio do governador Flávio Dino, que desejava derrotar a oligarquia de Maninho em Bacabal.

O resultado da eleição suplementar foi favorável a Maninho e Doquinha. Manoel Brazão foi eleito, com 23 mil votos<sup>16</sup>. A disputa foi acirrada, tendo Júlio César obtido 20 mil votos. Houve compra de votos por parte de um vereador, que no dia da eleição foi preso com R\$ 6 mil (seis mil reais); no dia anterior à eleição, 19 homens haviam sido presos, dentre eles policiais militares de São Luís, também comprando votos. Além disso, houve forte tensão entre os seguranças do deputado Doquinha e policiais militares em povoados de Bacabal. A eleição municipal é, assim, uma verdadeira guerra. Nessa última, Flávio Dino, que tem desbancado a oligarquia Sarney na eleição para governador, não conseguiu vencê-la em Bacabal, que continua nas mãos do grupo de Maninho.

Com a morte de José Ferreira, em 2019, não se vê mais a articulação do seu grupo em torno de um nome. Tudo indica que o grupo se esfacelou. Seus filhos não se lançaram candidatos a nenhum cargo eletivo, não herdando o patrimônio de votos do pai, como é comum em nossa República. E seu candidato para eleição suplementar, Júlio César, se aliou ao grupo de Maninho. Assim, a oligarquia de José Ferreira foi enterrada com seu chefe, o que não quer dizer que seus integrantes não queiram desenterrá-la em algum momento, valendo-se do mito de José Ferreira. Seu populismo fez escola em Bacabal: muitos políticos, inclusive seus opositores, desejavam imitá-lo.

---

<sup>15</sup> Ver: <https://www.mpma.mp.br/denuncia-do-mpma-leva-a-prisao-do-ex-prefeito-de-bacabal-por-desvio-de-verbas-publicas/>. Acesso 10 set 2024.

<sup>16</sup> Ver: <https://imirante.com/oestadoma/noticias/2018/10/28/edvan-brandao-e-cleito-novo-prefeito-de-bacabal>. Acesso 10 set 2024.

## **ANTÔNIO CARLOS, NOVA LIDERANÇA**

A morte de José Ferreira não representa o domínio absoluto do grupo de Maninho. Na eleição de 2020, vemos o surgimento de um novo grupo “oposicionista”, agregando novos rostos à parte da antiga base ferreirista, cujas lideranças integraram o governo de Flávio Dino, ocupando postos de relevo no interior da máquina estadual. Esse novo grupo tem como lideranças o deputado federal Marco Antônio, que se afastou do cargo para assumir a secretária de Indústria e Comércio (Seinc) do governo de Dino, e o subsecretário da mesma pasta Antônio Carlos; ambos são bacabalenses e estão filiados ao partido Solidariedade. O candidato do grupo é Antônio Carlos, que recebeu o apoio de várias lideranças do município pelos métodos tradicionais de constituição de base de apoio, e que tem gastado milhões com propagandas, realizadas por uma equipe de marketing e de cabos eleitorais, muito atuantes nas redes sociais. Temos, portanto, a rearticulação de um grupo rival para medir forças com o grupo de Maninho, mas nos subterrâneos da política — as continuidades de nossa história lenta são mais flagrantes que as rupturas. Curioso como, em um de seus esforços publicitários, a situação tentou desqualificar tal candidato arrivista, apontando o suposto uso de cargos estaduais para azeitar seus esforços eleitorais na cidade. Por sua vez, o perfil construído dessa candidatura “alternativa” enaltece os valores republicanos e as leis, acusando a situação de práticas que constituem o sistema clientelista e patrimonialista.

Diante dos fatos ocorridos na eleição de 2020, todos pensavam que Antônio Carlos poderia consolidar um grupo de oposição ao grupo de Maninho e Doquinha. Mas, nesse cenário de alianças espúrias e de vazio ideológico, Antônio Carlos desistiu de concorrer mais uma vez à prefeitura, e, para “surpresa de todos”, está apoiando Doquinha para prefeito de Bacabal nas eleições de 2024<sup>17</sup>. A tendência de fazer coligações inusitadas é tão forte no Maranhão que o estado está liderando, nacionalmente, a união impensável entre Partido dos Trabalhadores (PT) e Partido Liberal (PL). De acordo com Brandino e Mariani (2024, p. 1): “O Maranhão é o estado em que a união entre PT e PL está mais presente em números absolutos, com 22 cidades”. Ainda segundo Brandino e Mariani (2024, p.1): “Além da capital, os municípios de São José do Ribamar e Bacabal são os mais populosos em que a dobradinha aparece”. Isso demonstra que as orientações partidárias não são

---

<sup>17</sup> Ver: <https://www.bacaba.com.br/eventos/expedito-junior-e-prd-declaram-apoio-a-roberto-costa-nas-eleicoes-de-bacabal>. Acesso 10 set 2024.

obedecidas: pelo contrário, são evitadas de acordo com a conveniência de cada um, que visa através da atividade política somente a seus interesses privados.

## **A MANUTENÇÃO DA POLÍTICA DO ATRASO**

Notamos, em ambas as facções, o uso conveniente do discurso legalista como (des)legitimador, mantendo-se as performances ou discursos políticos, adequados aos novos tempos, descolados das práticas que acompanham a história lenta. Afinal, para a sobrevivência dessas facções, o domínio do Estado continua fundamental. Sem o uso patrimonialista do Estado, sem os cargos, sem os esquemas de corrupção, fica difícil para elas se manterem ativas, pois o loteamento de cargos, os desvios de verbas públicas e a instrumentalização da Prefeitura são práticas que lhes dão força política nesse ambiente antidemocrático e antirrepublicano. Como exemplo, tomemos a Secretaria Municipal de Educação. Embora haja na cidade vários cursos de licenciatura, onde todos os anos se formam centenas de jovens, faz dez anos que a prefeitura não realiza concurso público para professor. As vagas são preenchidas por selecionados, e não concursados, que devem se sujeitar à condição de cliente do grupo político que está no poder. Assim, o fenômeno do clientelismo político se mantém em pleno vigor, no qual há uma troca desigual entre as partes: entre jovens desempregados, que precisam trabalhar e, por isso, são obrigados a trocar seu voto por vaga de trabalho, e gestores ou vereadores corruptos. Ao contrário do concursado, o jovem selecionado não terá liberdade para ensinar, despertar o espírito crítico nos alunos, como indica a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Se criticar o governo municipal ou estadual, o jovem selecionado perderá o emprego. Assim para as oligarquias locais, o concurso público que dá estabilidade aos indivíduos é contraprodutivo à manutenção das suas clientelas — sobre os efeitos do clientelismo na educação em Bacabal, ver Braga Neto e Sahd (2022).

Assim há, em Bacabal, uma estrutura clientelista que envolve sobretudo os professores contratados. Como o município necessita de grande número de professores, eles são o alvo predileto dos tentáculos do clientelismo, que, através das vagas destinadas à docência, buscam trazer esses profissionais e seus familiares, ou seja, considerável número de pessoas, para as suas redes. Para renovar seus contratos de trabalho os professores contratados têm que evitar qualquer tipo de crítica à prefeitura. O professor contratado Marcos Ribeiro nos disse que o mérito do profissional da educação não é decisivo para continuar em sala de aula, mas sim a sua relação com o seu padrinho político que lhe concede a vaga. Sendo assim, ele já ouviu a seguinte frase de uma diretora de escola, que

em Bacabal também é um cargo de provimento por indicação: “Vão e procurem seus vereadores para garantir seus contratos no ano que vem”. Dessa forma, tal contrato temporário serve para amordaçar o professor, tirando-lhe a liberdade de ensinar e tornando-lhe cativo da oligarquia que está na situação.

## **CONCLUSÃO**

Apesar das continuidades, agora — em tempos de vigência, ao menos nominal, do Estado democrático de direito — as velhas práticas patrimonialistas demandam maior refinamento e comportam algum risco de serem malogradas. Porém, em Bacabal isso pouco interfere na legitimidade política dos grupos junto ao eleitorado, pois tais grupos seguem hegemonizando o sistema, com o apoio nas disputas eleitorais sendo determinado mais pela expectativa de obtenção de cargos do que por qualquer outra razão. Ressalte-se que o mau uso das verbas públicas e o clientelismo político não são determinantes do apoio majoritário e tampouco desqualificam qualquer das partes em disputa; são meios comuns a ambas e em grande medida naturalizados, embora quem esteja operando a máquina tenha seus apoiadores chamados de “babões”, circulando charges e sátiras sobre eles. Por mais que tais críticas sejam mero recurso eleitoral, percebemos certo desconforto, uma relação que começa a ser apresentada como problemática entre as práticas convencionais do sistema e o discurso legalista.

Contudo, esse referencial legal e burocrático está distante de tornar-se o elemento decisivo dos apoios. Um exemplo disso está na ação do atual caudilho, Manoel Brazão, que não teve nenhum problema em nomear seu filho como secretário municipal de Administração e sua esposa como secretária municipal de Assistência Social, o que tampouco se constitui em argumento crítico relevante no discurso do grupo rival, mostrando como o patrimonialismo está naturalizado na política local. Pensando nas categorias gramscianas da dominação por coerção ou convencimento (Liguori e Voza, 2017), o sistema clientelista e patrimonialista está longe de constituir um tipo ideal que recorre, exclusivamente, a uma dessas modalidades, estando muito bem articulado a elas e se valendo, inclusive, da perpetuação da dependência, que está culturalmente aceita e tida como inevitável pelo senso comum. Nesse sentido, podemos ampliar para diferentes dimensões as colocações de Martins (2012) acerca da pluralidade dos modos de produção que convivem nas regiões de fronteira (Bacabal há pouco deixou de ser uma), com os

conflitos entre grileiros e posseiros vindo até os anos 1980. Também na cultura política se sobrepõem diferentes elementos de legitimação, outra continuidade da história lenta.

A cidade de Bacabal herdou, então, os vícios da política nacional. No seu horizonte, parece condenada a essa herança (estrutura), pois reforça o poder dos mandões locais e das oligarquias, como se na política só pudessem participar pessoas poderosas (“peixes grandes”), tais como: empresários, latifundiários, pecuaristas e políticos de larga experiência. O campo da política estaria, assim, restrito a poucas pessoas. A extensão desse campo é reduzida, quando nele, conforme os resultados eleitorais e a vida política no município, só podem fazer parte os figurões da política, ou seja, os que têm experiência, com mandatos em São Luís e Brasília, e ajudam a população através de doações pessoais: assim a população não se interessa por partidos, mas por pessoas. Esse campo torna-se mais limitado quando os candidatos à Prefeitura e à Câmara Municipal devem estar ligados às oligarquias locais. Portanto, a política no município carrega o fardo da política tradicional (do atraso), configurando-se como atividade somente reservada às elites locais. Tal lógica se reflete até no discurso e prática de sujeitos progressistas, que acabam por desacreditar possíveis candidaturas antissistêmicas, defendendo a via das mudanças por dentro do sistema oligárquico. No geral, a cidade de Bacabal carece de virtudes republicanas.

Vimos, além disso, que os mandões locais depreciam o Estado democrático de direito. Eles dominam a política local, por meio do uso da força, enfrentando a Polícia Militar, cercando palácios, incendiando povoados, intimidando ou mesmo matando lideranças, jornalistas e trabalhadores. Na Câmara Municipal, onde os vereadores recebem mesadas do Executivo municipal, são os interesses privados do grupo do prefeito que importam, e não os interesses públicos. Os convênios, as licitações, obras e serviços da prefeitura servem apenas para sedimentar estruturas patrimonialistas e esquemas de corrupção. Como faziam as oligarquias do Maranhão no tempo do Império, os mandões locais reproduzem a cultura política de uso clientelista do Estado, ao manter uma estrutura de loteamento de cargos públicos em troca do apoio político ao seu grupo. Nesse sentido, há pouco espaço na política para a democracia, pois o voto é negociável; e assim, o sentimento republicano também é sufocado.

Como não vemos, a curto prazo, a elaboração de reformas estruturantes para sanar tais problemas, podemos supor que a política do atraso irá continuar retardando o desenvolvimento socioeconômico de Bacabal. Não nutrimos a ilusão de que a democracia vá erradicar a política do atraso, principalmente se o avanço democrático não vier

acompanhado de um processo de desconcentração de renda. No entanto, se não for erradicada, que a política do atraso pelo menos deixe de ser hegemônica.

Além do patrimonialismo, clientelismo e escravismo, foi criada uma hegemonia do atraso em Bacabal, na qual o povo não apoia partidos e movimentos que sejam independentes das oligarquias. Nem mesmo a conjuntura democrática que se instaurou no país a partir da Constituição de 1988 foi capaz de livrar Bacabal do domínio oligárquico dos “homens fortes”. Nessa lógica do atraso a ordem social é um sistema sagrado (Ribeiro, 2006), portanto violável apenas sob a vontade divina; e a política só os “grandes” podem fazê-la. Essa estrutura se ergue como uma rede de espantalhos de grupos, partidos, movimentos e indivíduos comprometidos com a democracia. Entretanto, os espantalhos, que foram produzidos pelas aves de rapina, são, como se espera, coniventes com elas, que usam a política apenas em benefício próprio, como uma “pastagem eterna”.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, José Santos Alderico. (2010). *O processo eleitoral e a reprodução de grupos políticos no Maranhão: embates recentes*. 130 f. Dissertação (mestrado em ciências sociais) – PUC. São Paulo.
- BACABA. (2024). Expedito Júnior e PRD declaram apoio a Roberto Costa nas eleições de Bacabal. *Blog Bacaba*. Bacabal, 2 ago. 2024. Disponível em: <https://www.bacaba.com.br/eventos/expedito-junior-e-prd-declaram-apoio-a-roberto-costa-nas-eleicoes-de-bacabal>. Acesso em: 10 set. 2024.
- BACABAL. (2015). *Plano Municipal de Educação de Bacabal*. Bacabal: SEMED.
- BARBOSA, Z. M. (1994). As temporalidades da política do Maranhão. *Lutas Sociais* (PUC-SP), São Paulo, v.1, p. 19-25.
- BEAUD, Stéphanie, e WEBER, Florence (2007). *Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar os dados etnográficos*. Petrópolis: Vozes.
- BOBBIO, Norberto *et al.* (2010). *Dicionário de política*. Vol. 2. Brasília: Editora UNB.
- BORGES, Arleth Santos. (2005). *Conexão eleitoral e atuação parlamentar – representantes e bases eleitorais no Maranhão*. 210f. Tese (doutorado) – IUPERJ . Rio de Janeiro, 2005.
- BRAGA NETO, Edgar, e SAHD, Fábio Bacila. (2022). Como educador cativo pode ensinar para emancipar? Os entraves construídos pelo clientelismo e sua abordagem necessária à efetivação da educação crítica em direitos humanos. *Plurais: Revista Multidisciplinar da UNEB*, v. 7, p. 1-21.
- BRANDINO, Géssica, e MARIANI, Daniel. Maranhão é líder em coligações entre PT de Lula e PL de Bolsonaro. (2024). *Folha de São Paulo*, São Paulo, 10 set. 2024. Delta Folha, p.1. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2024/09/maranhao-e-lider-em-coligacoes-entre-pt-de-lula-e-pl-de-bolsonaro.shtml>. Acesso em: 10 set. 2024.
- CARDOSO, Manoel Frazão (2001). *O Maranhã por dentro*. São Luís: Lithograf,

- CARVALHO, José Murilo de. (1987). *Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo, Companhia das Letras.
- CARVALHO, José Murilo de. (1997) Mandonismo, Clientelismo, Coronelismo: uma discussão conceitual. *Dados*, Volume 40, nº 2, s/p.
- CUNNIF, Roger. (1975). The birth of the drought industry: imperial and provincial response to the great drought in the northeast Brazil (1877-1879). *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, Vol. VI, nºs ½, pp. 65-82.
- FERREIRA, Marieta de Moraes, PINTO, Surama Conde Sá. (2006). *A crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta*. Rio de Janeiro: CPDOC.
- FOLHA DE SÃO PAULO. (2024). A engrenagem da impunidade. Folha de São Paulo, São Paulo, 7 nov. 2011, Folha Transparência, p.1. Disponível em: <http://transparencia.folha.uol.com.br/a-engrenagem-da-impunidade/procedimento/21>. Acesso em: 10 set. 2024.
- FRAGOSO, João. Câmaras Municipais no Brasil (Séculos XVII e XVIII). In: SCHWARCZ, Lília M., e STARLING, Heloisa M. (orgs). (2019). *Dicionário da República: 51 textos críticos*. 1ª ed.: São Paulo: Companhia das Letras.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho (1976). *As ideias estão no lugar*. Cadernos de Debate, 1, História do Brasil. São Paulo, Brasiliense.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. (1997). *Homens livres na ordem escravocrata*. 4 ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP.
- FREYRE, Gilberto. (1987). *Casa-grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 25ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio Editora.
- GASPARI, Elio. (2002). *A ditadura escancarada*. Coleção As ilusões armadas. Vol. 2. São Paulo: Companhia das Letras.
- GUILHON, Maria Virginia Moreira. (2007). Sarneísmo no Maranhão: os primórdios de uma oligarquia. *Revista de Políticas Públicas*, São Luís, v.11, n.1, pp. 1-22.
- HAMBLOCH, Ernest. (2000). *Sua Majestade o Presidente do Brasil: um estudo do Brasil Constitucional (1889-1934)*. [Tradução Lêda Boechat]. Brasília: Senado Federal.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. (1995). *Raízes do Brasil*. 26ª edição. São Paulo: Companhia das Letras.
- IBGE. (2006). *Censo Agropecuário: 2006: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação*. Rio de Janeiro: IBGE.
- IBGE. (2023). *Censo Demográfico: 2022: características gerais da população*. Rio de Janeiro: IBGE.
- JUNIOR, José Linhares. (2018). Edvan Brandão é eleito o novo prefeito de Bacabal. *Imirante*. São Luís, 28 out. 2018. Disponível em: <https://imirante.com/oestadoma/noticias/2018/10/28/edvan-brandao-e-eleito-novo-prefeito-de-bacabal>. Acesso em 10 set. 2024.
- JUSBASIL. (2024). Advogado denuncia suposto esquema no Detran, durante audiência pública. *Jusbrasil*. 2013. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/noticias/advogado-denuncia-suposto-esquema-no-detran-durante-audiencia-publica/100516104>. Acesso em: 10 set. 2024.
- LEAL, Victor Nunes. (2002). *Coronelismo, enxada e voto: o município representativo no Brasil*. 7ª edição – São Paulo: Companhia das Letras.



- LIGUORI, Guido, e VOZA, Pasquale. (2017). *Dicionário gramsciano*. São Paulo: Boitempo.
- LOBATO, Elvira. (2017). *Antenas da floresta: a saga das TVs da Amazônia*. São Paulo: Editora Objetiva.
- MARTINS, José de Souza. (1999). *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. 2 ed. São Paulo: Hucitec.
- MARTINS, José de Souza. (2012). *Fronteira: a degradação do outro nos confins do Humano*. São Paulo: Contexto.
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO. (2015). Denúncia do MPMA leva à prisão do ex-prefeito de Bacabal por desvios de verbas públicas. *MPMA*, 18 nov. 2015. Disponível em: <https://www.mpma.mp.br/denuncia-do-mpma-leva-a-prisao-do-ex-prefeito-de-bacabal-por-desvio-de-verbas-publicas/>. Acesso em: 10 set. 2024.
- PARAÍBA. (2008). *Bacabal: Aqui nasceu o Paraíba*. Bacabal: Armazém Paraíba, 2008.
- PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (Bacabal-MA). (1994). *Carta de abril*. PC do B: Bacabal, (mimeo).
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. (1969). *O mandonismo local na vida política brasileira (Da Colônia à Primeira República)*: ensaio de sociologia política. São Paulo: IEB.
- REIS, Flávio Antônio Moura. (1992) *Grupos políticos e estrutura oligárquica no Maranhão (1850-1930)*. 227 f. Dissertação (mestrado) – IFCH/Unicamp. Campinas.
- RIBEIRO, Darcy. (2006). *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SALDANHA, Nelson Nogueira. (2001). *História das ideias políticas no Brasil*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial.
- SENADO FEDERAL. (2018). *Fala da presidência durante a 55ª Sessão Deliberativa Ordinária, no Senado Federal*. Homenagem pelo aniversário do ex-presidente da República, José Sarney. 24 abr. de 2018. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/pronunciamento/444334>. Acesso em: 10 set. 2024.
- SILVA, Marcos. (2024). Abastecimento de água e esgotamento sanitário na cidade de Bacabal/Maranhão, diante de microrregião de saneamento e dos estudos do BNDES. *Imirante*. São Luís, 22 mai. 2024. Disponível em: <https://imirante.com/noticias/sao-luis/2024/05/22/abastecimento-de-agua-e-esgotamento-sanitario-na-cidade-de-bacabalmaranhao-diante-da-microrregiao-de-saneamento-e-dos-estudos-do-bndes>. Acesso em: 10 set. 2024.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. (2019). *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SOUZA, Jessé de. (2017). *As elites do atraso: da escravidão à Lava-Jato*. Rio de Janeiro: Editora Leya.
- UNITÁRIO. (1910). *Liberalidade suspeita*. Fortaleza, 9 junho de 1910, p. 1.
- VIANA, Oliveira. (1952). *Populações meridionais do Brasil: história, organização, psicologia*. 1 volume. 5ª edição. Rio de Janeiro: Editora José Olympio.

### **Edgar Braga Neto**

Doutor em Sociologia e professor de História da Universidade Federal do Maranhão.